



Fundação Universidade Federal do ABC

Pró reitoria de pesquisa

Av. dos Estados, 5001, Santa Terezinha, Santo André/SP, CEP 09210-580

Bloco L, 3º Andar, Fone (11) 3356-7617

iniciacao@ufabc.edu.br

Projeto de Iniciação Científica submetido para  
avaliação no Edital: Nº 04/2022

**Título do projeto:** Racismo estrutural: uma análise comparativa das obras de Silvio Almeida, Dennis de Oliveira e Mário Theodoro.

**Palavras-chave do projeto:** Racismo estrutural, raça, desigualdade racial, Silvio Almeida, Dennis de Oliveira, Mário Theodoro

**Área de atuação do conhecimento do projeto:** Ciências humanas, ciências sociais, história do Brasil.

## Sumário:

<b>1 Resumo .....</b>	<b>2</b>
<b>2 Introdução e Referencial Teórico .....</b>	<b>2-10</b>
<b>2.1 Um objeto comum .....</b>	<b>2-7</b>
<b>2.2 Da relevância do tema.....</b>	<b>6-9</b>
<b>2.3 Uma proposta de investigação comparativa .....</b>	<b>8-10</b>
<b>3 Objetivos .....</b>	<b>9</b>
<b>4 Metodologia.....</b>	<b>9-11</b>
<b>5 Descrição da Infraestrutura e Viabilidade do Projeto.....</b>	<b>9</b>
<b>6 Cronograma.....</b>	<b>11</b>
<b>Referências.....</b>	<b>10-12</b>

### 1. Resumo

Toda sociedade possui em sua formação um conjunto específico e particular de práticas e rotinas sociais cuja legitimação se dá através de sua materialização em instituições comunitárias cujo valor ético é compartilhado entre todos. O sistema econômico capitalista enquanto instituição intrínseca ao modo organizacional da vida humana possui em sua constituição uma série de elementos condicionantes formulados através de acordos intersubjetivos, sobre os quais o racismo se apresenta como parte integradora. A partir da análise das obras de Silvio Almeida, *Racismo Estrutural* (2019), Dennis de Oliveira, *Racismo estrutural: uma perspectiva histórico-crítica* (2021), e Mário Theodoro, *A sociedade desigual: o racismo e a branquitude na formação do Brasil* (2022), compreende-se o racismo enquanto parte estrutural e essencial à formação do capitalismo cuja manutenção interessa aos poderes hegemônicos. É um processo de racialização negativa do povo negro, ou seja, da inferiorização de todo um grupo tendo por base marcadores fenotípicos comuns a eles.

### 2. Introdução e Referencial Teórico

#### 2.1 Um objeto comum

Há um esforço dentro da filosofia e das ciências sociais no sentido de formular teorias quanto ao ordenamento e as funcionalidades do todo social, de modo a compreender a continuidade das práticas moralmente legitimadas através do estabelecimento de princípios normativos regidos pela valoração ética das instituições basilares do coletivo. Ou seja, tem-se por existente uma série de compreensões e práticas sociais compartilhadas entre uma rede coletiva de indivíduos – lê-se, a sociedade – que, a partir de um constante ritmo de trocas e

interações dos mais variados níveis e tipos, condiciona o desenvolvimento e a progressão de uma reprodução social.

Essa estrutura da reprodução social condiciona e é condicionada, visto que para além de influenciar o comportamento daqueles inseridos nela, sofre constantes transformações e adaptações frente às mudanças promovidas pelos indivíduos que a compõem. Por “estrutura”, encontra-se um diversificado conjunto de interpretações e definições quando consultado o Dicionário Online de Português, como, por exemplo:

Modo como alguma coisa é construída, organizada ou está disposta: a estrutura de uma empresa. Aquilo que serve de base para; armação, esqueleto ou arcabouço: a estrutura de um edifício; a estrutura de uma ciência. O que já está pronto ou construído: as estruturas da bicicleta. O modo de organização das partes que compõem um todo: estrutura cerebral (DICIONÁRIO ONLINE DE PORTUGUÊS, 2022)

Ainda que demonstre as bases sobre as quais uma sociedade foi construída, bem como sobre quais fundamentos e valores está disposta, há uma variedade enorme nos modelos de coordenação social a depender dos elementos constituintes do coletivo, sendo que, nas sociedades heterogêneas do ponto de vista social, cultural e religioso, por exemplo, há uma certa dificuldade ao padronizar práticas e valores de modo a integrar o maior número de indivíduos à estruturação normativa, dadas as suas diferenças. Como modo de correção, "surge assim uma pressão para que os valores éticos possam se tornar mais abrangentes e gerais, podendo, então, abrigar também os ideais de culturas minoritárias." (HONNETH, 2011, p. 21). Os valores éticos atuam de maneira a condicionar o homem a uma interpretação moral de justiça, fator que o possibilita transportar ao cotidiano prático a totalidade do arrojo daquilo que o mantém arraigado às entranhas de sua genealogia social, buscando nele amparo para a formação das instituições. Ou seja, serve de base à materialização da racionalidade humana à nível organizacional. Frente a esse complexo construto de práticas, rotinas e atividades, resta a absorção e a replicação, fator que confere à estrutura legitimidade existencial e geracional. A cooperação mútua é a chave da reprodução estrutural de uma cultura, munindo-a com as bases necessárias ao estabelecimento da dinâmica social desejada.

Porém, apesar dos esforços do processo de legitimação do funcionamento estrutural de um coletivo, ao se analisar a gênese de sua formação, nota-se uma constante de contradições sistêmicas das práticas sociais, tornando duvidosa a promessa primeira de racionalização dos processos de interação humana e da autonomia das práticas sociais. Essas contradições, portanto, apresentam-se no cotidiano privado, como numa espécie de reprodução minimizada do todo a partir da interação constante entre os agentes – ou atores – sociais. No entanto, as contradições de um micro espaço privado não representam dinâmicas de funcionamento próprio (e interno), mas da estrutura cuja matriz rege a sociedade com base no sistema político, social,

cultural e de produção econômica, essencialmente. Ao que se desenvolve um método de pensar o social, aborda-se as temáticas relativas não apenas ao micro campo, mas a todo o espaço relativo à estrutura, de tudo aquilo passível de transformação e integração através das práticas compartilhadas por entre todos, enquadrando o ser e suas instituições por meio de uma visão que o configure como estruturado e estruturante. Quando, porém, propõe-se a compreender as entranhas e o interior da estrutura de funcionamento endógeno de uma sociedade, deve-se buscar também amparo das questões e condições do ordenamento econômico, promovendo com qualidade a produção de teorias sociais e da justiça, que, no geral, devem buscar solidificação referencial e argumentativa nas dinâmicas raciais, afinal “a filosofia, a ciência política, a teoria do direito e a teoria econômica mantêm, ainda que de modo velado, um diálogo com o conceito de raça” (ALMEIDA, 2019, p. 15).

Uma vez compreendido o racismo como “elemento que integra a organização econômica e política da sociedade.” (ALMEIDA, 2019, p. 15), não como manifestação “disfórmica” ou como marcador específico de um patógeno social associado ao desvio de caráter moral, é possível tê-lo por elemento fundante e perpetuador do sistema econômico que o propulsiona, o capitalismo, e assim, pode-se dizer do racismo o mesmo que se diz sobre quaisquer outras “práticas e instituições sociais cuja constituição normativa vem servir à realização dos valores socialmente institucionalizados.” (HONNETH, 2011, p. 27), que ele serve à propagação e à continuidade prática e valorativa desse sistema que o moldou. Nascido não apenas pelos anos de cativeiro impostos pelo sistema econômico, mas delimitado pelas complexas estruturas de funcionamento do Estado. A formação identitária de muitas nações – em especial, as da América Latina – passou pela implementação de um decisivo projeto de raça. Através desse modelo onde a subordinação do negro e indígena – tanto física quanto cultural – ao branco se lançaram as bases de funcionamento dos moldes da produção econômica, também dos mecanismos e hábitos sociais através da naturalização da raça branca enquanto padrão normativo. Assim criou-se uma estrutura sobre a qual certas tarefas e a distribuição e a alocação dos recursos e dos espaços de convivência são feitas com base na expressão do fenótipo, onde as vagas e oportunidades do mercado de trabalho são selecionadas de acordo com a raça, num sistema em que a imposição de cima delega ao negro um papel social, que também “fornece o sentido, a lógica e a tecnologia para a reprodução das formas de desigualdade e violência que moldam a vida social contemporânea.” (ALMEIDA, 2019, p. 15).

Desde sua fundação, a colônia de Portugal nas Américas apresentou um misto de antagonismos de formação tanto social quanto econômica. Utilizando-se dos marcadores biológicos como justificativa às atrocidades da instituição do cativeiro, fez-se angariar à metrópole lusitana o necessário para que se instituísse um modelo de exploração racial, apropriando-se do corpo e das almas negras e indígenas para a transformação do Brasil numa

colônia “agrária na estrutura, escravocrata na técnica de exploração econômica, híbrida de índio - e mais tarde de negro - na composição.” (FREYRE, 2003, p. 65). Imerso em antagonismos práticos de formação, o Brasil desenvolveu uma dinâmica hierárquica de racialização que levou a inferiorização da maioria de seu povo e a instrumentalização do racismo como prática de consolidação do sistema econômico.

A bibliografia primária desta pesquisa vis analisar os trabalhos de Silvio Almeida, em *Racismo Estrutural* (2019), Dennis de Oliveira, em *Racismo estrutural: uma perspectiva histórico-crítica* (2021) e Mário Theodoro, em *A sociedade desigual: racismo e branquitude na formação do Brasil* (2022). Vê-se que, apesar de proposições narrativas e argumentativas próprias, há também a tentativa destes de entender o racismo em seu caráter estrutural. Ou seja, intrínseco e influente na composição social brasileira, torna possível a elaboração de um diálogo crítico entre as teses desses três autores.

Essa desigualdade racial, secular, visa criar uma sociedade em moldes estamentais, em que a ascensão de negros é improvável. Para além do campo da economia, a imposição de um padrão normativo de raça acaba por excluir o negro dos espaços de convivência e nega a ele o direito à participação dos processos de reconhecimento recíproco. Uma vez incapaz de enxergar a si próprio nas práticas e rotinas sociais do branco, num modelo de desigualdade que perpassa a atividade econômica, impossibilitasse aos racializados a "experiência recíproca de se ver confirmado nos desejos e metas da contraparte, uma vez que a existência desta representa uma condição da realização dos próprios desejos e fins" (HONNETH, 2015, p. 86).

Considerando-se os terríveis efeitos do racismo sobre o país, torna-se necessário elevar o pensamento a refletir sobre quais justificativas e razões foi levantado um regime de segregação e hierarquização das pessoas com base numa neurose, numa ficção generalizada: a raça. Ao que se instituiu critérios físico-biológicos para a categorização dos diversos grupos humanos, nasceu um conceito capaz de reunir em conjunto os agrupamentos semelhantes por apresentação fenotípica. Esse conceito, portanto, vem através do uso social da palavra “raça”. Como quase toda palavra, essa teve um processo etimológico vasto e passou por uma série de transformações e readaptações de uso, moldando-se com base no contexto histórico-social que motivasse sua utilização, passando por modo de classificação biológica (focado, em especial, na botânica), atribuição relativa à genealogia parental, ordenamento ou designação de classe social (num contexto específico da sociedade francesa) e, numa concepção trazida na era moderna, aquela de significado e uso atual: a compreensão de raça enquanto descrição de grupos fisicamente correlatos ou semelhantes (MUNANGA, 2004). Como dito neste parágrafo, a concepção antropológica e social da palavra “raça” reitera as aspirações presentes na reinterpretção moderna, afinal, o estabelecimento da “raça como referência a distintas

categorias de seres humanos é um fenômeno da modernidade que remonta aos meados do século XVI.” (ALMEIDA, 2019, p. 18).

O processo de desenvolvimento do sistema capitalista, no momento das grandes navegações, a busca por matérias primas e novos mercados consumidores motivou o encontro do europeu com diferentes povos da América, Ásia e África, fez com que os contatos com o “novo mundo forjaram a base material a partir da qual a cultura renascentista iria refletir sobre a modernidade e a multiplicidade da existência humana.” (ALMEIDA, 2019, p. 18).

Os três autores citados, portanto, buscam compreender sobre quais aspectos dinâmicos do racismo, tanto a critérios econômicos quanto socioculturais, de modo a estabelecer um modelo de segregação racial praticado e legitimado a partir da aceitação das premissas de que uma raça deve ser sistemática e institucionalmente inferiorizada, de forma a permitir, em contrapartida, o proveito e a acumulação de vantagens por outra. Nesse caso, a branca.

## **2.2 Da relevância do tema**

Durante o momento conhecido por “era de ouro do capitalismo”, houve um acelerado ritmo de crescimento pautado, entre outros fatores, pelo desenfreado incentivo ao consumo pelas políticas de bem-estar social, praticada largamente no continente europeu e nos Estados Unidos da América. Esse consumo, nitidamente, necessitava de seus consumidores, portanto da aproximação das classes média e baixa ao crédito à juros baixos. A fomentação de um mercado consumidor, de alguma forma, ancorou-se no “empoderamento” das classes sociais minoritárias, utilizando-se delas como uma espécie de aliado de ocasião, visto que, após séculos de exploração, o capitalismo enxergou nas populações socialmente enfraquecidas uma maneira fácil de lucrar: permitindo que elas participassem da civilização de consumo, ainda que marginalmente.

A esse fenômeno cabe uma nomenclatura para lá de interessante. O movimento – ou, como dito anteriormente, fenômeno –, como nas palavras de Oliveira (2021, p. 24), da “restauração conservadora” serviu de base às inclusões extraordinárias das populações marginalizadas àquela sociedade baseada no consumo. A apropriação forçada de pautas identitárias serviu como catapulta das relações sociais, como numa forma de dominação indireta, onde a identidade de um indivíduo agora já não mais corresponde à sua cultura e à totalidade de suas práticas e rotinas sociais, tampouco às suas heranças étnicas. Agora, sua identidade seria formada integralmente pelo consumo, utilizando-se, em especial nos casos étnico-raciais, de uma espécie de aculturação dos povos a partir do branqueamento como métodos de inserção do negro ao mundo branco. A restauração conservadora, desse modo, configurou uma espécie de “contraofensiva das classes dominantes ante um relativo avanço das classes subalternas por meio de revoluções passivas e conquistas de direitos.” (OLIVEIRA, 2021, p. 24).

Quando a diversificação e a inclusão passaram a travestir o discurso capitalista por meio de uma fantasia de participação social, houve, de fato, algum tipo de conquista de direitos e uma dinamização da presença dos bônus da sociedade por parte das populações negras. Para efeito de causalidade, o sistema econômico maquiou a realidade das dinâmicas raciais de tal modo a tornar suas contradições de raça quase que imperceptíveis ao olhar geral e desatento, num movimento de “acidentalização” das práticas arraigadas à gênese da constituição social, como é o caso do racismo. Afinal, a “presentificação contínua equipara as expressões contingentes com as sustentações estruturais [...]” (OLIVEIRA, 2021, p. 23), arquitetando no ideal coletivo projetos como os de que as problemáticas de raiz profunda, como os da temática racial, poderiam ser resolvidas a partir de paliativos, ou seja, medidas de curto alcance. À exemplo, a maneira com a qual a sociedade lida com situações e práticas de conotação racista, na imensa maioria das vezes, passa pela associação deles a atos de cunho imoral, como uma atitude socialmente reprovável, e tão somente isso. A análise do racismo enquanto um elemento estrutural e inerte à formação social de uma identidade nacional passa despercebida e desencorajada, como se essa fosse uma visão extremada e exagerada da realidade social.

Deve-se reconhecer o racismo enquanto parte constituinte da organização coletiva, a partir da herança do hábito da racialização extensamente provocada nas eras coloniais através de esforços institucionais e sistêmicos, amparados por bases de consolidação econômica (como a escravidão, o tráfico negreiro e a monocultura), estatais (por meio dos aparatos e mecanismos públicos de repressão policial, sanitização e periferização) e intelectuais (através dos ideias biologizantes do racismo científico e, posteriormente, pelos teóricos favoráveis ao uso da democracia racial como conceito cabível à realidade social e racial brasileira). O modelo de segregação racial não decorre apenas dos séculos de cativeiro imposto ao negro, mas de uma série de contínuos esforços para a dominação e diminuição do negro enquanto raça e ser de produção cultural, sendo que a ele, mesmo após a abolição, nunca foi entregue a possibilidade de equiparar sua condição social ao do branco. Quando não rejeitada moral e intelectualmente, proposições ditas intelectuais vociferam teses cuja centralidade reside na ideia de que “a pele não branca e o clima tropical favoreceriam o surgimento de comportamentos imorais, lascivos e violentos, além de indicarem pouca inteligência.” (ALMEIDA, 2019, p. 21). Aí reside a relevância do tema: não apenas na compreensão, mas no combate.

Com a virada do século XX e o estabelecimento do apogeu da antropologia frente as correntes de formação biológica para a compreensão organizacionais dos agrupamentos humanos, houve um esforço para o abandono da interpretação dos marcadores de fenótipo enquanto condicionantes dos caracteres comportamentais. Do contrário, agora, toda análise dos construtos socioculturais de um povo partiria da compreensão deles enquanto resultado de sua capacidade social e produtiva frente às barreiras e entraves climáticos e geográficos, num

movimento que acreditava na “autonomia das culturas e a inexistência de determinações biológicas ou culturais capazes de hierarquizar a moral, a cultura, a religião e os sistemas políticos.” (ALMEIDA, 2019, p. 22).

Através da constante evolução teórica do pensamento social, novas e complexas proposições de perspectiva antropológica vieram para somar material na defesa das temáticas estruturais, focalizando na existência contraditória de elementos como o racismo nas sociedades capitalistas, como proposto pelos autores Silvio Almeida, Dennis de Oliveira e Mário Theodoro. Os três autores buscam um objeto de estudo, o racismo, utilizando da compreensão de sua natureza sistêmica; não sendo um patógeno específico e individual, presente nas práticas de alguns poucos e hostis cidadãos, mas um mal construído no seio de toda a sociedade, utilizando para legitimar a exploração e a diminuição de toda uma raça. Essa discussão, portanto, deve partir das lentes de complexidade e precisão que o tema demanda, utilizando de material teórico e referencial analítico como base no pensamento crítico coeso e objetivo capaz de transmitir a urgência pela qual muitos dos recentes trabalhos da área denunciam, de maneira cada vez mais especializada, o racismo enquanto um mal endêmico da estrutura social brasileira.

### **2.3 Uma proposta de investigação comparativa**

Ao considerar a produção dos autores Silvio Almeida, Dennis de Oliveira e Mário Theodoro, compreende-se o esforço empenhado na construção de uma temática cujas bases, ao que se analisa conceitualmente cada obra, aparentam andar em complementariedade umas às outras. Ou seja, a contribuição teórica dos autores parte de um objeto comum: o racismo estrutural. Dessa forma, ao que se aplica o método de investigação comparativa, torna-se possível a elaboração de uma rede de conexão de modo a aproximar os pontos comuns ao pensamento dos autores, bem como facilitar o reconhecimento daqueles focos de maior divergência. A problemática aqui estabelecida, portanto, parte do apontamento das principais semelhanças e diferenças encontradas nas obras dos três autores citados acima, encontrando em suas diferentes concepções do tema a possibilidade de se elaborar um diálogo crítico.

Ainda que trabalhem sobre o mesmo objeto, percebe-se diferenciações na abordagem da elaboração temática de suas obras, onde cada narrativa reflete diretamente a tentativa de resolução de um problema previamente estabelecido, ou então, da proposição de uma hipótese capaz de antagonizar frente à problemática levantada (quanto à existência de um racismo dito estrutural). Este projeto, portanto, trata de uma proposta de investigação comparativa com efeito na interpretação crítica dos textos base apresentados acima, utilizando-se deles como ferramenta e instrumental analítico das dinâmicas de raça e sua natureza estrutural no Brasil.

Dessa forma, aqui está proposta a elaboração de um diálogo pautado na paridade teórica entre os três autores alvo dessa análise. Portanto, a proposição da comunicação direta entre as



obras servirá de material para a investigação acerca do tópico largamente mencionado neste projeto, o do racismo estrutural. Assim, será possível coordenar uma tentativa de solucionar a problemática aqui proposta, buscando na análise não apenas uma forma de compreender melhor a temática do racismo estrutural, mas a proposição de um embate direto das diferentes abordagens em relação ao tema de modo a ordenar por nível a proximidade ou a distância entre as ideias dos autores com base na observação das especificidades de seus textos.

### **3. Objetivos**

A presente proposta de iniciação científica lança mão das múltiplas facetas e interpretação atribuídas à temática do racismo, utilizando-se de seu levantamento bibliográfico na proposição de uma investigação focalizada na aceitação do racismo enquanto elemento única e exclusivamente estrutural. Assim, nossos objetivos são:

- Investigar, comparar e propor um diálogo entre as obras *Racismo Estrutural* (2019), *Racismo estrutural: uma perspectiva histórico-crítica* (2021) e *A sociedade desigual: racismo e branquitude na formação do Brasil* (2022);
- A compreensão teórico-conceitual do racismo estrutural enquanto parte elementar da constituição social brasileira;
- Abordar as condições sobre as quais esse racismo estrutural atua de modo a criar percalços e consequências estagnadoras na progressão econômica brasileira.

### **4. Metodologia**

A presente proposta utiliza do método de pesquisa bibliográfica, focalizando na investigação como forma de encontrar as respostas pertinentes às indagações referentes às problemáticas do cotidiano social brasileiro.

À princípio, a pesquisa passou pela escolha do tema, logo após, o levantamento da bibliografia básica de modo a delimitar e restringir os objetivos do estudo com base na abrangência do tema, para, então, estabelecer um problema responsável por guiar a busca elucidativa deste projeto. O próximo passo, portanto, parte do levantamento bibliográfico avançado cujo objetivo é o de fortalecer as bases estruturais da pesquisa e solidificar uma hipótese capaz de responder satisfatoriamente ao problema.

### **5. Descrição da Infraestrutura e Viabilidade do Projeto**

O desenvolvimento do projeto demanda apenas do uso de um computador conectado à internet, que o aluno confirma ter acesso em sua residência. O presente projeto poderá ser realizado de forma remota em caso do agravamento da pandemia de Covid-19. A pesquisa

também não necessita de metodologias de aplicação prática como as de trabalho em campo, resguardando-se apenas à revisão e análise bibliográfica.

## 6. Cronograma

Atividade	2022	2023	
	Set-Dez	Jan-Abr	Mai-Ago
Revisão da bibliografia			
Fichamento das leituras			
Prática de leitura e escrita			
Escrita do relatório			
Apresentação no Salão de IC da UFABC	Data a ser definida pela ProPes		

## Referências

ALMEIDA, SILVIO LUIZ DE. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Pólen Livros, 2019.

DICIONÁRIO ONLINE DE PORTUGUÊS. ESTRUTURA, junho 2022. Disponível em < <https://www.dicio.com.br/estrutura/> > Acesso em 20 jun.2022.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande e Senzala**: Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. Recife: Global, 2003 [1933].

HONNETH, AXEL. **O direito da liberdade**. São Paulo: Martins Fontes Editora Livraria Ltda., 2011.

MUNANGA, Kabengele. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia**. Programa de educação sobre o negro na sociedade brasileira. Niterói: EDUFF, 2004.

OLIVEIRA, DENNIS DE. **Racismo estrutural**: uma perspectiva histórico-crítica. São Paulo: Editora Dandara, 2021.

THEODORO, MÁRIO. **A sociedade desigual**: o racismo e a branquitude na formação do Brasil. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.

